

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2023

*BJ.
Santos
M*



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MEXILHOEIRA GRANDE

ÍNDICE

Introdução -----	3
A Instituição -----	4
Atividades desenvolvidas	
I – Projeto de Construção do Equipamento Social -----	5
II – Atividades de Apoio à Comunidade -----	6
A – Atendimento e Orientação Social	
B – Rastreio de hipertensão e Diabetes	
Desmonstrações financeiras -----	7
Demonstração dos Resultados	
Balanço	
Anexo	
Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Parecer do Conselho Fiscal	

Introdução

Serve este documento para apresentar à Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia da Mexilhoeira Grande as atividades desenvolvidas no decorrer do ano de 2023, bem como as demonstrações financeiras do período.

I-Projeto de Construção do Equipamento Social:

As obras para a construção do Equipamento Social da Misericórdia (ERPI/CD/SAD), iniciaram-se no mês de Agosto.

II – Atividades de Apoio à Comunidade:

No presente exercício a Instituição deu continuidade às atividades de apoio à Comunidade.

*BT
D. Stanton
W*

A Instituição

A Santa Casa da Misericórdia da Mexilhoeira Grande é uma Instituição Particular de Solidariedade Social inscrita sob o n.º 1/19, folhas 168, 168 verso, 169, 169 verso e 170 do Livro n.º 2 da Irmandade das Misericórdias, com registo efetuado na Direção Geral da Segurança Social em 03/11/2014.

Os Órgãos Sociais em exercício cumprem o mandato de 2020-2023 e são constituídos pelos seguintes membros:

Assembleia Geral

Presidente – José João Albano Dias

1.ª Secretária – Rita Joana da Silva Pinto Dias

2.ª Secretária – Adosinda da Silva Calhau Guia

Mesa Administrativa

Provedor – António José Duarte Borralho

Vice-Provedor – Susana Filipa da Silva Santos

Secretário – Bruno Miguel Amores Inácio

Tesoureiro – Mónica Filipa Várzea Afonso

Vogal – Armando da Conceição Esteves

Conselho Fiscal

Presidente – Maria dos Santos C. Mateus Cristino

Secretário – Susana Isabel da Silva Guia

Vogal – Ana Sofia Anacleto Luís

Atividades Desenvolvidas

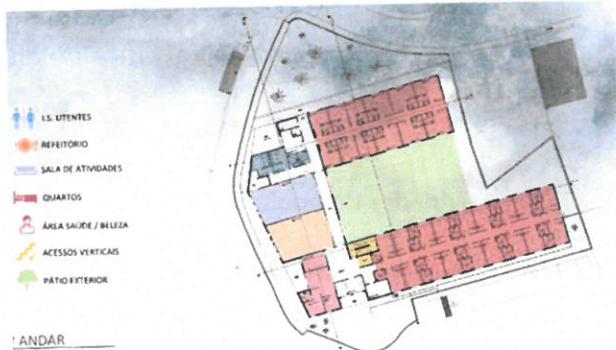
I – Projeto de Construção do Equipamento Social da Misericórdia



RÉS-DO-CHÃO

O acesso ao nível do rés-do-chão é realizado pela entrada principal que dá acesso à zona de receção. Aqui, é feita a distribuição da circulação para o 1º Andar através de escadaria e/ou elevador, e é aqui que se encontram os serviços administrativos do lar, áreas destinadas aos funcionários e ainda a cozinha e lavandaria.

A circulação entre os volumes é bastante linear de modo a facilitar a deslocação entre eles.



1º ANDAR

Ao nível do 1º Piso, a distribuição é pensada de modo a que a zonas de uso continuo por parte dos utentes fiquem na zona central – a área de distribuição e acessos verticais, bem como a sala de atividades (com acesso a pátio exterior) e refeitório. Junto a este, uma copa de acesso direto ao monta-cargas para recebimento e distribuição das refeições. Este piso inclui ainda os blocos de quartos (com I.S. privativa e salas de estar com copa) bem como gabinete de enfermagem, banho geriátrico, cabeleireiro/pedicura.

As obras de construção do Equipamento Social, iniciaram-se em Agosto do presente ano. O valor da Obra de Construção, foi adjudicada pelo preço base de 3 189 361,44€, + Iva à Taxa de 23%.

O montante financiado pelo PRR, foi inicialmente (valor do 1º contrato) de 2 370 900,00€. Posteriormente, este montante, foi aumentado em 20%, (valor do contrato de aditamento), passando ao montante total de 2 845 080,00€.

À data de 31 de Dezembro de 2023, a SCM Mexilhoeira Grande, tinha recebido a título de adiantamento o montante de 711 270,00€, correspondente a 25%, do montante total.

À data de 31 de Dezembro de 2023, a obra encontrava-se realizada em 12,13%, num montante faturado pelo Empreiteiro de 386 892,01€.

Acontecimentos após a data de Balanço

À data de 29 de Fevereiro de 2024, a obra encontrava-se realizada em 23,15%, num montante faturado pelo Empreiteiro de 738 330,30€

Em Março de 2024, a pedido da SCM Mexilhoeira Grande, a Caixa Agrícola efetuou a primeira vistoria à obra para efeitos de verificação do seu grau de acabamento, tendo à data de 14 de Março de 2024, libertado a primeira tranche do empréstimo, no valor de 323 660,00€.

Na presente data, estão em análise 3 orçamentos apresentados, para fornecimento de projeto e equipamentos, para a cozinha e lavandaria da ERPI/CD/SAD.

Índice

1	Identificação da Instituição	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação.....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Caixa e Depósitos Bancários	8
5	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros:	9
6	Ativos Fixos Tangíveis	9
7	Ativos Intangíveis.....	10
8	Investimentos Financeiros.....	11
9	Inventários.....	11
10	Créditos a Receber	12
11	Fornecedores.....	12
12	Estado e Outros Entes Públicos	12
13	Outros Ativos Correntes	12
14	Diferimentos	12
15	Fundos Patrimoniais	12
16	Outros Passivos Correntes.....	13
17	Rébito	13
18	Subsídios, Doações e Legados à Exploração.....	13
19	Fornecimentos e Serviços Externos.....	13
20	Benefícios dos Empregados.....	14
21	Outros Rendimentos	14
22	Outros Gastos e Perdas	14
23	Resultados Financeiros	15
24	Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	15
25	Financiamentos Obtidos.....	15
26	Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais	15
27	Acontecimentos após Data de Balanço.....	16

*AS - S.º António
MA*

1 Identificação da Instituição

ESTRUTURA JURÍDICA E FORMAL DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Mexilhoeira Grande é uma Associação sem fins lucrativos, constituída sob a forma de pessoa coletiva, com os estatutos publicados em Diário da República n.º 24, III série, datado de 28 de janeiro de 1984, com sede social na Rua Francisco Bívar n.º 74, 8500-132 Mexilhoeira Grande. Tem como propósito satisfazer obras sociais dando expressão organizada ao dever de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, podendo ainda alargar o seu âmbito de atividade aos setores da saúde, educação e cultura.

CORPOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE: José João Albano Dias

PRIMEIRO SECRETÁRIO: Rita Joana da Silva Pinto Dias

SEGUNDO SECRETÁRIO: Adosinda da Silva Calhau Guia

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: Maria dos Santos Cançado Mateus Cristino

SECRETÁRIO: Susana Isabel da Silva Guia

VOGAL: Ana Sofia Anacleto Luís

PRIMEIRO SUPLENTE: Eduardo Joaquim de Jesus Norte

SEGUNDO SUPLENTE: Adérito Manuel Guia

MESA ADMINISTRATIVA

PROVEDOR: António José Duarte Borralho

VICE-PRESIDENTE: Susana Filipa da Silva Santos

SECRETÁRIO: Bruno Miguel Amores Inácio

TESOUREIRO: Mónica Filipa Várzea Afonso

VOGAL: Armando da Conceição Esteves

PRIMEIRO SUPLENTE: Maria da Conceição Fernandes

SEGUNDO SUPLENTE: António Custódio Sousa

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

Conteúdos não comparáveis com o exercício anterior

Considera-se que os conteúdos das demonstrações financeiras apresentam-se comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins, passando, a gestão das atividades pela adaptação às novas realidades sócio-financeiras.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- A razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada pelo Decreto Regulamentar n.º 25/2009.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Sem depreciação
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	De 1 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	De 1 a 8 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	De 1 a 10 anos

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento dizem respeito aos fundos de compensação, 10 acções que detém da TVI e 1 Obrigação de Dívida Pública.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Apesar de não existirem, é política que os “Ativos Intangíveis” sejam registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção de:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro, exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidos pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

OK.
BT
D
Santos
MT

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente; no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto indicado corresponde à retenção do valor do IRS da funcionalidade, ao valor a pagar da segurança social da mesma e ao valor da retenção da conta de juros de depósitos a prazo.

4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2022 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Caixa	203,23	232,86
Depósitos à ordem	598.048,03	38.410,62
Depósitos a prazo	897.493,99	897.493,99
Outros		
Total	1.495.745,25	936.137,47

5 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros:

Na preparação das demonstrações financeiras, a Instituição adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas foram realizadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

No exercício não se observaram quaisquer alterações de políticas contabilísticas, sendo que as alterações nas estimativas e erros foram registadas nos códigos de contas 6881 e 7881, referentes a correções de exercícios anteriores.

Descrição	Gastos	Rendimentos
Outras correções	2.095,68	190,36
Total	2.095,68	190,36

6 Ativos Fixos Tangíveis

Relativamente aos Ativos Fixos Tangíveis, os critérios de mensuração, métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação utilizadas foram já se apresentados no ponto 3.2.1 acima.

Bens do domínio público

A Instituição não usufrui “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período não se encontram registados quaisquer “Bens do património, histórico, artístico e cultural”.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de referência, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Ano de 2022

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates/Vendas	Transferências	Regularizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	10.161,02			12.712,50	-6.358,08	16.515,44
Edifícios e outras	95.296,51			-12.712,50	-4.520,25	78.063,76

construções						
Equipamento básico	2.113,90					2.113,90
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo	3.052,77		379,00			2.673,77
Outros Ativos fixos tangíveis	10.570,99					10.570,99
Investimentos em curso	20.299,13	112.228,88				132.528,01
Total	141.494,32	112.228,88	379,00	0,00	-10.878,33	242.465,87

Depreciações acumuladas

Descrição	2022			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	45.956,13	3.594,82	9.944,19	39.606,76
Equipamento básico	2.113,90			2.113,90
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo	3.052,77		379,00	2.673,77
Outros Ativos fixos tangíveis	10.764,22	461,25	2.038,23	9.187,24
Investimentos em curso				
Total	61.887,02	4.056,07	12.361,42	53.581,67

Ano de 2023

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates/Vendas	Transferências	Regularizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	16.515,44					16.515,44
Edifícios e outras construções	78.063,76					78.063,76
Equipamento básico	2.113,90					2.113,90
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo	2.673,77					2.673,77
Outros Ativos fixos tangíveis	10.570,99					10.570,99
Investimentos em curso	132.528,01	407.769,77				540.297,78
Total	242.465,87	407.769,77	0,00	0,00	0,00	650.235,64

Depreciações acumuladas

Descrição	2023			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	39.606,76	1.131,75		40.738,51
Equipamento básico	2.113,90			2.113,90
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo	2.673,77			2.673,77
Outros Ativos fixos tangíveis	9.187,24	461,25		9.648,49
Investimentos em curso				
Total	53.581,67	1.593,00	0,00	55.174,67

7 Ativos Intangíveis

Relativamente aos Ativos Intangíveis, os critérios de mensuração, métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação utilizadas foram já se apresentados no ponto 3.2.2 acima.

Bens do domínio público

A Instituição não usufrui “Ativos Intangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A Entidade não usufrui de “Ativos Intangíveis” outros ativos.

8 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são representados pelo seguinte quadro:

Rubricas	2023	2022
Saldo Inicial	1.010,19	658,98
Aumentos	85,88	351,21
Alienações	37,06	
Saldo Final	1.059,01	1.010,19

9 Inventários

As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada encontram-se apresentadas no ponto 3.2.3 (acima).

Em 31 de Dezembro a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022		
	Inventário inicial	Compras/regularizações	Inventário final
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			
Total			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			

Descrição	2023		
	Inventário inicial	Compras/Regularizações	Inventário final
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			
Total			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			

10 Créditos a Receber

A rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Total	0,00	0,00

11 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	89,72	327,60
Total	89,72	327,60

12 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento	138,39	38,32
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	91.573,23	9.480,83
Total	91.711,62	9.519,15
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)		151,39
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	89.264,55	
Segurança Social		418,20
FCT e FGCT		10,77
Total	89.264,55	580,36

13 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outras contas a receber, ativo corrente” tinha a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Outros financiadores	2.133.810,00	
Outros devedores	186,14	74,99
Total	2.133.996,14	74,99

14 Diferimentos

Em 31 de dezembro, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer		
Outras despesas c/ custo diferido	104,74	548,62
Total	104,74	548,62

15 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Santa AF
BI
d.
P.

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	8.550,76			8.550,76
Resultados transitados	1.096.324,08		26.556,79	1.069.767,29
Outras variações nos fundos patrimoniais	52.019,65	2.845.080,00		2.897.099,65
Total	1.156.894,49	2.845.080,00	26.556,79	3.975.417,70

16 Outros Passivos Correntes

A rubrica desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar (outras operações)				1.076,39
Remunerações a pagar (acréscimos gastos)				2.633,14
Fornecedores de Investimentos		267.572,40		100,00
Credores por acréscimo de gastos		30,06		54,15
Outros credores		1.499,80		1.401,48
Total	0,00	269.102,26	0,00	5.265,16

17 Rérito

Os critérios de reconhecimento do rérito encontram-se apresentados no ponto 3.2.9 acima.

Para os períodos de 2022 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réritos:

Descrição	2023	2022
Vendas		
Prestação de Serviços		
Quotizações e jóias	289,00	291,50
Serviços secundários	1.101,21	1.474,55
Total	1.390,21	1.766,05

18 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Instituição, no período de 2023 não recebeu subsídios, contudo há registar nesta rubrica um donativo de € 14,00.

19 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos		
Serviços especializados	3.995,59	2.631,01
Materiais	182,77	401,28
Energia e fluidos	757,87	815,61
Deslocações, estadas e transportes		
Serviços diversos	935,36	944,65
Total	5.871,59	4.792,55

20 Benefícios dos Empregados

Os órgãos diretivos não usufruem quaisquer remunerações.

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações ao pessoal	7.131,49	15.907,51
Indemnizações	1.000,00	
Encargos sobre as Remunerações	1.455,28	3.314,55
Seguros Acidentes Trabalho Doenças Profissionais	248,11	136,93
Outros Gastos com o Pessoal	98,40	98,40
Total	9.933,28	19.457,39

Durante os anos de 2022 e 2023, à data de 31 de dezembro, apenas estava ao serviço 1 funcionário em 2022.

21 Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos em investimentos financeiros	4,50	221,73
Rendimentos em investimentos não financeiros		360,00
Outros rendimentos e ganhos	550,36	1.634,23
Total	554,86	2.215,96

22 Outros Gastos e Perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos		1,48
Dívidas Incobráveis	126,00	
Outros gastos e perdas	2.175,44	3.120,95
Total	2.301,44	3.122,43

27 Acontecimentos após Data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.



M L V.

23 Resultados Financeiros

Nos períodos foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros suportados	47,95	
Outros gastos e perdas de financiamento		
Total	47,95	0,00
Juros obtidos		
Outros Rendimentos similares	722,89	855,64
Total	722,89	855,64
Resultados Financeiros	674,94	855,64

24 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

A 31 de dezembro a rubrica apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Quotas	187,20	336,20
Total	187,20	336,20
Passivo		
Quotas (adiantamentos)	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

25 Financiamentos Obtidos

A rubrica financiamentos obtidos apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Instituições de crédito	1.000,00	
Outros credores		
Total	1.000,00	0,00

Há, no entanto, por usar, junto da Caixa de Crédito Agrícola, a contratualização de um financiamento com carência de capital, no valor de €2.200.000,00, que visa a disponibilização das verbas necessárias à concretização da nova Estrutura Residencial para Idosos.

26 Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Instituição, no ano de 2023, não se encontra obrigada à certificação legal de contas.



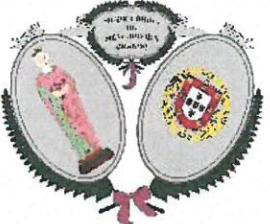
 Santos -
 d.
 At

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO

Contribuinte: 501384790

Moeda : Euros

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	595 060,97	188 884,20
Investimentos financeiros	8	1 059,01	1 010,19
		596 119,98	189 894,39
Activo corrente			
Créditos a receber	10		
Estado e outros entes públicos	12	91 711,62	9 519,15
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	24	187,20	336,20
Diferimentos	14	104,74	548,62
Outros ativos correntes	13	2 133 996,14	74,99
Caixa e depósitos bancários	4	1 495 745,25	936 137,47
		3 721 744,95	946 616,43
Total do activo		4 317 864,93	1 136 510,82
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15	8 550,76	8 550,76
Resultados transitados	15	1 069 767,29	1 096 324,08
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		2 897 099,65	52 019,65
Subsídios ao Investimento	15	2 845 080,00	
Doações		52 019,65	52 019,65
		3 975 417,70	1 156 894,49
Resultado líquido do período		-17 009,30	-26 556,79
Total dos fundos patrimoniais		3 958 408,40	1 130 337,70
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11	89,72	327,60
Estado e outros entes públicos	12	89 264,55	580,36
Financiamentos obtidos	25	1 000,00	
Outros passivos correntes	16	269 102,26	5 265,16
		359 456,53	6 173,12
Total do passivo		359 456,53	6 173,12
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 317 864,93	1 136 510,82



 Santa -
 BI
 A
 NT

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO

Contribuinte: 501384790

Moeda: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	17	1 390,21	1 766,05
Subsídios, doações e legados à exploração	18	14,00	34,00
Subsídios de entidades públicas		0,00	0,00
ISS, IP - Centros Distritais			
Outras entidades públicas			
Subsídios de outras entidades			
Doações heranças e legados		14,00	34,00
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	19	-5 871,59	-4 792,55
Gastos com o pessoal	20	-9 933,28	-19 457,39
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor		56,00	
Outros rendimentos e ganhos	21	554,86	2 215,96
Correcções relativas a anos anteriores	5	190,36	1 634,23
Correcções positivas de comparticipação do ISS, IP			
Outras correções de anos anteriores		190,36	1 634,23
Imputração de subsídios ao investimento	15 / 18		
Outros rendimentos		364,50	581,73
Outros gastos e perdas	22	-2 301,44	-3 122,43
Correcções relativas a anos anteriores	5	-2 095,68	-2 838,07
Correcções negativas de comparticipação do ISS, IP			
Outras correções de anos anteriores		-2 095,68	-2 838,07
Outros gastos		-205,76	-284,36
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		-16 091,24	-23 356,36
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	-1 593,00	-4 056,07
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-17 684,24	-27 412,43
Juros e rendimentos similares obtidos	23	722,89	855,64
Juros e gastos similares suportados	23	-47,95	
Resultados antes de impostos		-17 009,30	-26 556,79
Imposto sobre o rendimento do período	12		
Resultado líquido do período		-17 009,30	-26 556,79



 S.º

 B.I.

 J.

 M.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Contribuinte: 501384790

Moeda: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes e utentes	10 / 17	1 991,70	2 152,20
Pagamentos a fornecedores	9 / 11 / 19	-6 217,19	-6 934,17
Pagamentos ao pessoal	20	-10 227,09	-11 581,95
Caixa gerada pelas operações		-14 452,58	-16 363,92
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	12	38,32	276,26
Outros recebimentos/pagamentos	18	-5 409,44	-6 768,97
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-19 823,70	-22 856,63
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	6 / 16	-132 521,44	-119 191,46
Investimentos financeiros	8	-43,08	-129,48
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	8	37,06	
Subsídios ao investimento	13 / 15	711 270,00	
Juros e rendimentos similares	23	722,89	855,64
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		579 465,43	-118 465,30
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Doações	18	14,00	34,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	23	-47,95	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		-33,95	34,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		559 607,78	-141 287,93
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início de período		936 137,47	1 077 425,40
Caixa e seus equivalentes no fim de período	4	1 495 745,25	936 137,47



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório do Ano de 2023

Em conformidade com o exposto na alínea c) do artigo 40º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Mexilhoeira Grande vem o Conselho Fiscal dar o seu parecer sobre o relatório de contas do ano civil de 2023.

Após analisados os balancetes, o balanço, as contas, a demonstração de resultados, o relatório geral de contas e depois de ouvir os esclarecimentos da Mesa Administrativa, o Conselho Fiscal dá o seu parecer positivo ao relatório de contas do ano de 2023.

Mexilhoeira Grande, 22 de março de 2024

O Conselho Fiscal

A Presidente

Maria das Ss. Bocas da Sagrada Família

A Secretária

Susana Isabel de Oliveira

A Vogal

Ana Sofia Amadeto Luis



Declaração de Responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da Santa Casa da Misericórdia de Mexilhoeira Grande ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2021 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, <http://www.misericordiamexilhoeiragrande.com> em 28 de março de 2022.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2023 a entidade:

- Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
 A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º

Mexilhoeira Grande, 09 de maio de 2024

A Mesa Administrativa

Provedor

José Bernardo



Rua Francisco Bivar - 74
8500-132 Mexilhoeira Grande
Tel: 282 185 280 Fax: 282 185 284
scm.mexgrande@gmail.com
Cont.: 501 384 790

Vice – Provedor

Bruno Miguel Amores Inácio

Tesoureiro

Rui da Silveira Várzea Afonso

Secretário

Susaninha Lopes da Silva Santos



WILHELM & KARL FRIEDRICH
SCHMIDT

Verlag für
die gesamte
Technik
und
Handel
mit
Büchern
und
Blättern
für
Techniker
und
Handwerker
in
alle
Branchen
der
Technik
und
Handwerk